

ENSAIO

SOBRE AS ORIGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Guilherme G. Télles Bauer¹

"Nenhum país da América Latina jamais conheceu caso tão extremo de apropriação de terras em tal quantidade por tão poucos (...). Esta condição continua a existir até hoje" (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola - "Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento sócio-econômico do Setor agrícola - Brasil", Washington DC 1966, p. 16).

"Em 500 anos de história, o Brasil nunca dividiu a terra. É o único país de extensão continental em todo o mundo com estrutura fundiária semelhante a da sua fundação. (...) em termos de propriedade rural, o Brasil continua o país do latifúndio, das vastas extensões de terra pouco produtiva e do minifúndio nordestino pobre e tacanho." (Revista Veja, 16/4/97, p. 50).

¹. Professor do Departamento de Serviço Social Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutor em Ciência Política pela Ruprecht - Karls - Universität Heidelberg.

RESUMO

O texto aponta para as origens da questão agrária brasileira, caracterizada pelo predomínio histórico, social e econômico do sistema latifundiário, determinando a sujeição da maioria da população, constituída basicamente de trabalhadores sem terra e pequenos produtores rurais, aos interesses e necessidades da grande produção, geralmente voltada para o mercado externo.

As relações de produção e de dominação geradas na época colonial e em grande parte preservadas na zona rural, não são somente de ordem econômica, mas social e ideológica, constituindo obstáculos para uma real tomada de consciência por parte da maioria da população rural de suas possibilidade de libertar-se de sua situação de miséria e opressão.

Palavras chave: questão agrária, sistema latifundiário, minifúndio e pequena propriedade, movimentos sociais, relações de produção e de dominação, ideologia.

Introdução

O conceito "questão agrária" tem sua origem nos debates travados no interior do movimento operário europeu na passagem do século, procurando esclarecer como se dava a penetração do capitalismo no campo e buscando apontar estratégias para uma aliança do movimento operário com o campesinato, na luta para derrubar as estruturas feudais prevaletentes no meio rural². Hoje, o termo vem sendo utilizado no âmbito das ciências sociais e pelos organismos e instituições internacionais, que se preocupam com a problemática do atraso, sobretudo no sentido de discernir e apontar saídas para os gravíssimos problemas da crescente miséria e do subdesenvolvimento que caracterizam o setor rural dos países periféricos³.

². Ver sobretudo KAUTSKY, K. **Die Agrarfrage**. Stuttgart 1899 e LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Ed. Abril, 1982 (1^a. ed. russa 1899). Kautsky, que foi um dos mais importante teórico do Partido Social Democrata alemão na época, deu início, com o seu texto, aos debates sobre a questão agrária, seguido por Lenin. Ver também a introdução de Paula Netto ao texto de Lenin.

³. Ver HANISCH, R. e WACHENDORFER, U. *Agrarfrage*, in NOHLEN, D. (ed.). **Pipers Woerterbuch zur Politik, Dritte Welt**, vol. 6, Munique 1987, 0g. 24.

Com o presente texto, procurar-se-á apontar para as origens da questão agrária brasileira, caracterizada pelo brutal desnível entre posses, renda e qualidade de vida das diversas classes e segmentos sociais da população rural. A discrepância entre aqueles que controlam e monopolizam a terra e os trabalhadores e pequenos proprietários rurais, constitui o problema central do setor agrário brasileiro, expressando-se na ostensiva riqueza, poder e status de uns poucos e numa abjeta miserabilidade e desqualificação social e econômica da grande maioria⁴. Como principal aspecto a nortear o texto, encontra-se a preocupação em tentar discernir os fundamentos do sistema de dominação preservados no meio rural desde a época colonial, que iriam contribuir decisivamente para a manutenção de situações de miséria, iniquidade, abusos e discriminações, criando um sentimento de desesperança na maioria da população rural, levando-as em grande parte a aceitarem seus modos de vida como natural, impedindo-as de questionarem ou desafiarem sua situação, cerceando desse modo suas possibilidades de engajarem-se num processo de luta para melhorarem suas condições de vida. Uma luta que, no entanto, não deixou de existir, eclodindo em diversos momentos da história brasileira, mas que seria travada tão-somente por setores minoritários da população rural. Ou seja, trata-se aqui também de tentar situar e identificar os mecanismos sociais e psicológicos que levam essas pessoas a sujeitarem-se às condições adversas de suas vidas, sendo que apenas em determinados momentos, em função de transformações sócio-econômicas e políticas, que abalam ou restringem o sistema de poder e dominação dos senhores de terras, rebelam-se contra sua situação de miséria e opressão.

Neste texto, contrapomo-nos à atual tendência interpretativa, que desconsidera o conteúdo fundamental da questão agrária, apontando tão somente para os efeitos, de fato consideráveis, da modernização tecnológico-capitalista, ocorrida nas últimas décadas, transformando os tradicionais latifúndios em modernas empresas rurais, com alta produtividade e rentabilidade⁵. Ora, essa modernização que vem sendo

⁴. Essa situação vem sendo discutida há muito tempo. O relatório do CIDA **Posse e Uso da terra e Desenvolvimento sócio econômico do setor agrícola – Brasil**. Washington, 1966, continua sendo um dos mais completos levantamentos da questão agrária brasileira, apontando para as iniquidades e condições de miséria prevalentes no campo, em decorrência do predomínio do sistema latifundiário. O CIDA, Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, é um suborganismo da OEA, BID, FAO, CEPAL e IICA.

⁵. Um dos mais veementes arautos dessa “modernização” é Francisco Graziano, ex-superintendente do INCRA. Veja seu opúsculo **Qual Reforma Agrária? Terra, Pobreza**

implementada desde o regime militar, modificando radicalmente o sistema produtivo e gerencial, transformando a massa trabalhadora em assalariados, baseia-se no entanto, como antes, na continuada exploração de uma mão de obra rural barata e oprimida e hoje cada vez mais *descartável*, deixando intocado o regime de propriedade fundiária e o sistema de poder nele assentado e que dele emana.

Entendemos que os resultados perversos da modernização conservadora levada a efeito nos últimos 30 anos, caracterizada pela formação de uma enorme massa de assalariados, auferindo índices de renda muito baixos, ocupados em sua maioria apenas sazonalmente, labutando sob condições precárias de trabalho e forjando a exclusão social e a expulsão de enormes contingentes populacionais do campo para a cidade, onde passariam a sobreviver em condições insuportáveis de precariedade e miséria, constitui solo fértil para o afloramento de movimentos de protesto. É justamente a situação concreta de espoliação e injustiça, que vem sendo utilizada como justificativa por parte dos movimentos sociais, para a utilização crescente da violência, como estratégia de luta e de imposição de suas demandas e direitos cabíveis ou presumidos. Enganam-se porém, se estão acreditando que com transgressões continuadas – ainda toleradas – de regras elementares do Estado de Direito, estejam contribuindo para a criação de condições propícias para o advento de transformações estruturais ou até mesmo revolucionárias da sociedade brasileira. Na verdade, estão deixando de lado princípios básicos, imprescindíveis para o avanço do processo de consolidação democrática, ignorando a realidade concreta e objetiva, as correlações de força e o momento histórico, que possibilita e propicia a articulação e organização dos diversos segmentos e classes sociais. Em lugar de se procurar efetivar e avançar no processo de democratização, que implicaria num jogo de pressões e negociações entre as partes, incluindo a intermediação de instâncias governamentais, para garantir o cumprimento de eventuais acordos, realimenta-se com posicionamentos sectários e maniqueístas, as forças da reação antidemocrática⁶.

e Cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996, no qual ele, aponta com razão, para o descaso em relação aos pequenos proprietários rurais, ignorando, porém, a massa dos trabalhadores assalariados temporários ou permanentes.

⁶. Uma releitura de **A Revolução Brasileira** de Caio Prado Jr. (1967), seria de grande utilidade neste contexto, para alertar sobre os efeitos provenientes de desvios e inconseqüências de posicionamentos político-ideológicos, que nos anos 60 contribuíram decisivamente para criar o clima propício para a eclosão do golpe militar, impondo ao país um dos períodos mais negros e repressivos de sua história.

1. Aspectos da questão agrária

As contradições sociais existentes na zona rural brasileira, que perduram secularmente, tem contribuído para a eclosão de manifestações variadas de insatisfação e revolta das populações mais pobres e oprimidas. Historicamente o campo brasileiro sempre foi palco de conflitos sociais, que culminariam nos movimentos de contestação no início dos anos 60, mas que, como os anteriores, acabariam sendo brutalmente subjugados. Após o interregno do regime militar de 64, passar-se-iam mais de 10 anos até ressurgirem, difundindo-se desde então, virulentamente por todo o país, assumindo, sobretudo nos últimos anos, formas de lutas variadas, cada vez mais radicais e também violentas, colocando em cheque o poder e influencia dos grandes proprietários rurais. Os conflitos sociais que estão eclodindo de forma crescente na zona rural brasileira, constituem reflexos de uma situação que perdura desde a época colonial, forjada pela gritante concentração e monopolização da terra por uma minoria de grandes proprietários rurais. Em toda a história do país, a grande propriedade fundiária, ao mesmo tempo que tem propiciado aos que a detém, força, poder e influência na vida econômica, política e social, resulta “na pobreza, na insegurança, na instabilidade e na desocupação parcial ou total do grosso da população rural e dos solos”⁷.

Os grandes proprietários de terra sempre souberam utilizar a massa da população rural como reserva disponível de mão de obra barata e submissa. Sua riqueza, como observa o estudo do CIDA, advém da preservação dos baixos salários da força de trabalho rural, condicionados pelo “ilimitado suprimento de mão de obra e terras”⁸. A exploração de produtos agrícolas de alto valor ano mercado externo (como o açúcar, cacau, café e atualmente, sobretudo, soja) exigindo investimentos de monta e/ou longos períodos de maturação da produção, só viabilizaram-se pela disponibilidade de vastas extensões de terras e pela oferta permanente de uma mão de obra barata e submissa. A introdução do trabalho escravo, por exemplo, que acompanhou o processo de colonização, viabilizando-o, não teve outra finalidade senão suprir as necessidades da grande produção agrícola colonial com mão de obra

⁷. CIDA, *op. cit.*, p. 602.

⁸. CIDA, *op. cit.*, p. 606.

abundante e permanente. O trabalho escravo que foi utilizado em todos os tipos de atividades, predominou, sobretudo, nas principais produções para o mercado externo. Abolida a escravidão, encontraram-se meios e maneiras de continuar a garantir-se uma oferta permanente de trabalho barato não-escravo, preservando-se, contudo, vários de seus aspectos⁹. Ao impedir-se o acesso à terra aos escravos recém libertos, conseguiu-se criar laços extra-econômicos, que os prenderia submissamente à grande propriedade, evitando-se habilmente, que viessem a poder reivindicar ou adquirir direitos, que colocassem em questão a hegemonia dos senhores de terras ou que lhes suprimisse a permanente disponibilidade sobre mão de obra abundante e barata.

Mesmo as pequenas propriedades agrícolas de tipo familiar e os minifúndios, que começaram a tomar vulto a partir do século 19, ocupando áreas marginais e muitas vezes insuficientes para garantir a manutenção ou subsistência familiar, surgiram como “um subproduto do sistema latifundiário”¹⁰. Resultam de uma ocasional subdivisão das grandes propriedades, ou pela não exploração de terras, ou pelo seu abandono, após o esgotamento do solo, quando os fazendeiros procuram novas áreas virgens, mais produtivas¹¹, ou então, emergem em determinados momentos de crise da grande exploração ou da sua ruína, provocando a eventual subdivisão da grande propriedade¹² (São Paulo constitui um exemplo, onde as sucessivas crises da economia cafeeira, provocariam esse fracionamento) ou então pela ocupação de novas áreas e/ou de áreas não utilizadas pelo latifúndio, por parte de pequenos lavradores sem recursos que, por não encontrarem ocupação permanente nas grandes propriedades, buscariam um canto para tentarem sua sobrevivência. Essas pequenas propriedades e os minifúndios que difundiram-se em todas as regiões do país (sobretudo na região Sul, no Maranhão e no Agreste nordestino), proliferando enormemente a partir da década de 40, detêm uma proporção de terras insignificante, sem alcançar maior relevância seja em volume de áreas¹³ ou economicamente. No

⁹. Ver o relatório do CIDA que trata extensamente do tema, apresentando inúmeros exemplos dessa situação.

¹⁰. CIDA, *op. cit.*, p. 19.

¹¹. CIDA, *op. cit.*, p. 20.

¹². PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970, p. 248 – 256; FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, cap. XXI.

¹³. Entre 1950 a 1980, o número de propriedades agrícolas aumentou de 2.064.000 para 5.156.000. As propriedades com menos de 10 ha, aumentaram nesse período de 711 mil,

entanto, essas pequenas propriedades, tem papel considerável na preservação das relações de produção vigente no campo. Sua importância reside em dois aspectos fundamentais. Por um lado, as atividades de subsistência desenvolvidas pelos pequenos produtores, através do uso de tecnologias rudimentares, produzindo alimentos a custos ínfimos, contribuem para o barateamento do custo de reprodução da mão de obra rural. Por outro lado, sendo as áreas exíguas e cultivadas de forma tosca, obtém-se uma produção muitas vezes insuficiente para garantir a própria subsistência familiar, obrigando seus ocupantes a buscarem uma complementação de seus proventos. Como essas pequenas parcelas surgem geralmente dentro ou nas imediações das grandes propriedades, é nelas que seus ocupantes buscariam uma colocação, mesmo que temporária, permanecendo desse modo na sua dependência. Sendo assim, esses crescentes contingentes populacionais, constituiriam, na verdade, uma reserva permanente de mão de obra barata para as grandes propriedades rurais. Francisco de Oliveira em seu clássico trabalho sobre o desenvolvimento da economia brasileira¹⁴, aponta para esse processo,

ou 34,44% do total para mais de 2 milhões e seiscentas mil unidades, ou 50,49% de todas as propriedades. Em 1950 essas pequenas e mini propriedades dispunham somente de uma área com pouco mais de 3 milhões de ha, ou 1,58% da área total, passando para quase 9 milhões de ha em 1980, ou 2,42% de toda a área cadastrada. Contudo, as propriedades acima de 1.000 ha, no mesmo período, passaram de mais de 32 mil e seiscentas unidades, ou 1,58% do total, para mais de 48 mil e trezentas unidades, ou 0,94% de todas as propriedades de 1980. Em 1950 essas propriedades absorviam mais de 118 milhões de ha ou 61,61% de todas as áreas, passando em 1980 a controlarem mais de 118 milhões de ha, ou 48,78% das áreas cadastradas no país. Os dados do IBGE – **Anuário Estatístico do Brasil – 1983**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984, acima citados, foram aqui arredondados. Vale ressaltar que o número de propriedades apontados, não considera o fato comum no Brasil, de um mesmo proprietário, sobretudo os maiores, serem donos de duas ou mais propriedades, o que deverá aumentar de forma considerável o grau de concentração do solo.

¹⁴. A Economia Brasileira, crítica à razão dualista **Seleções CEBRAP** n°1. São Paulo: Brasiliense, 1975.

revelando como a disponibilidade de ampla oferta de mão de obra e de terras, foi fundamental tanto para a criação de um “exercito de reserva industrial”, recrutado das crescentes levas populacionais expulsas do campo, quanto na produção de alimentos de baixo custo na zona rural, permitindo a reprodução barata não apenas da força de trabalho rural, mas também urbana, contribuindo desse modo, decisivamente para o processo de acumulação rural e urbano-industrial. O processo de industrialização brasileiro não se fez através de uma reestruturação fundiária, mas preservando estruturas tradicionais de produção e de dominação, perpetuando a exploração e a miséria no campo.

É nesse no contexto de miséria e exploração que emergem movimentos de rebeldia na zona rural. A erupção de movimentos sociais rurais, não é um fenômeno novo ou inédito na história brasileira. Desde os tempos coloniais o interior brasileiro vem sendo intermitentemente sacudido por diversas e variadas formas de rebelião, alcançando maior ou menor grau de intensidade e de mobilização. Eclodindo em épocas e condições diferenciadas, assumiriam a forma ou de movimentos “pré-políticos”¹⁵ (como os movimentos messiânicos e banditismo social dos cangaceiros) ou “políticos” (Ligas Camponesas, Movimento dos Sem terra), diferenciando-se pelos objetivos, formas de luta, e visão de mundo. De um modo ou outro, eles representam e expressam formas de reação e protesto dos segmentos mais pobres da população contra relações de produção e de dominação embasadas na instituição da grande propriedade fundiária, constituindo sempre tentativas conscientes ou não, de libertar-se de seus mecanismos de controle, opressão e exploração. Com raras exceções (o MST constitui até agora uma), foram todos reprimidos violentamente, restabelecendo-se recorrentemente a ordem patriarcal, o predomínio incontestado dos grandes senhores de terras.

O poder e influência dos grandes proprietários rurais tem sido historicamente muito grande, impedindo-se sempre toda e qualquer mudança na estrutura agrária e no sistema de dominação, sufocando-se as tentativas de rebelião ou obstruindo-se quaisquer medidas governamentais que tivessem a finalidade de restringir o poder dos

¹⁵. Essa diferenciação entre movimento político e pré-político é sugerida por HOBBSAWM, E. J. **Rebeldes primitivos, estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. Este conceito é também desenvolvido por TÉLLES BAUER, G. G. **Entstehungsbedingungen Vorpolitischer Bewegungen in Brasilianischen nordosten**. Tese de Doutorado, Heidelberg, 1989.

latifundiários. Todas as tentativas de levar avante um projeto de redistribuição de terras, ou de diminuir-se o poder dos grandes proprietários, falharam. Desde o Brasil colônia, passando pelo Império e República, ciclo militar e período de redemocratização, pouco ou nada se fez para mudar as contradições oriundas da estrutura agrária. Incipientes iniciativas de reforma foram abortadas no nascedouro, como a de João Goulart no início dos anos 60, ou não saíram ou mal saíram do papel, como as de Castelo Branco e José Sarney. O atual governo, mais por pressão do MST do que por iniciativa própria, está efetuando uma ampla distribuição de parcelas de terras, buscando assentar centenas de milhares de famílias, todavia, sem tocar de fato na estrutura agrária, no regime de propriedade das terras, sem romper, portanto, com a espinha dorsal do sistema latifundiário, preservando e favorecendo a concentração da propriedade, do poder e da renda.

Até a Revolução de 30, os grandes proprietários rurais constituíam hegemonicamente a classe dominante. O próprio avanço do capitalismo industrial, a partir dos anos 30 - 40, fomentando uma notável diversificação social, com a ascensão política da classe média urbana e da incipiente burguesia industrial, acompanhadas pela irrupção das massas urbanas na arena política, apesar de ter quebrado a hegemonia, das oligarquias rurais não afetaria de fato seu poder e influência. Mesmo o enorme impulso dado ao processo de modernização capitalista-industrial, no governo Juscelino, implementado extraordinariamente pelo regime militar e levado avante, mesmo com sobressaltos pelos governos civis que o sucederam, condicionando simultaneamente, uma profunda transformação no sistema produtivo rural, deixaria intocado o regime de propriedade fundiária e o sistema de poder nele assentado. Ao contrário, a modernização tecnológico-empresarial rural foi fundamental para acentuar e acelerar o processo de concentração fundiária, revitalizando o poder econômico e político dos grandes proprietários, cada vez mais travestidos de empresários rurais por um lado, e resultando na expulsão maciça dos pobres do campo, do outro.

O modelo de modernização capitalista introduzido na zona rural, baseou-se na primazia dada à grande produção monocultura voltada para o mercado externo e produção bioenergética, que, para sua implementação, exigia altos investimentos em maquinários, venenos agrícolas, adubos químicos sementes de alta produtividade, diesel e derivados de petróleo. Em geral insumos, em grande parte importados,

pesando decidida e negativamente na balança comercial¹⁶, como contribuindo para a extraordinária expansão do setor econômico, denominado “agrobusiness”, unindo agricultura, indústria e comércio num negócio altamente rentável. Entretanto, a enorme expansão das áreas ocupadas pelos novos cultivos, produzidos em larga escala, ocorreria às custas das culturas tradicionais, voltadas para o abastecimento interno. O avanço da soja no Rio Grande do Sul e no Paraná, por exemplo, ocorreria através do crescente desalojamento das áreas utilizadas anteriormente por pequenos e médios produtores, para a produção de arroz, feijão, milho e mandioca. Em São Paulo, como em parte no norte paranaense, as áreas anteriormente utilizadas para pastagens, produção de arroz, feijão, milho e algodão, seriam absorvidas pela cana de açúcar, para a produção de álcool¹⁷. São essas condições que explicam por um lado, as crescentes necessidades de importação de alimentos para suprir o mercado interno e do outro, o enorme êxodo rural ocorrido nesses Estados a partir da década de 70, o que está diretamente vinculado ao avanço dessas monoculturas. Aliás, como o cultivo da soja mostrou-se um negócio altamente rentável e como a maior parte das áreas agricultáveis nos Estados do sul, já foram ocupadas para o seu plantio, seu avanço inexorável segue pelo Mato Grosso do Sul, Goiás e mais recentemente, pelo Maranhão adentro.

O processo de modernização introduzido no setor rural, caracterizou-se, portanto, pela utilização intensiva do solo através do emprego maciço de maquinários, adubação química, inseticidas e fungicidas e práticas de cultivo altamente produtivas mas pouco preservadoras do meio-ambiente¹⁸, e pela enorme expansão das áreas agricultáveis, através da dilatação das fronteiras agrícolas, cujas áreas, desbravadas inicialmente por pequenos lavradores, seriam rapidamente absorvidas pelas grandes propriedades. É o que vem ocorrendo em várias regiões brasileiras, como no Maranhão, nas fronteiras agrícolas da região amazônica ou, para um exemplo mais próximo, na região de Itaiacoca, município de Ponta Grossa. A contrapartida dessa modernização, seria um gigantesco deslocamento das populações rurais para as periferias

¹⁶. PASCHOAL A. D. Ökold Gische und Ökonomische Last der Industriell Befriebene Landwirtschaft in Brasilien, in **Lateinamerika - Analyse - Baten - Dokumentation**, Hamburgo: Institut für Iberoamerika Kunde, 1985. p. 16 – 17 expõe claramente esse processo apontando para seus impasses e altos custos.

¹⁷. PASCHOAL *op. cit.* p. 17.

¹⁸. PASCHOAL *op. cit.* p. 16.

urbanas das grandes, médias e pequenas cidades¹⁹ onde passariam a viver ou sobreviver precariamente. Num curtíssimo espaço de tempo, o Brasil transformou-se de uma sociedade eminentemente rural, em urbana, de uma economia agrária em industrial²⁰. Essa extraordinária transformação da sociedade brasileira, não reduziria, contudo, o poder ou a importância da grande propriedade rural. Ao contrário, o processo em andamento, definido como “modernização conservadora”, iria contribuir para “modernizar, aumentar ou criar novos latifúndios”²¹, favorecendo a revitalização do poder dos senhores rurais, ao mesmo tempo que iria agudizar ainda mais questão agrária.

Como o setor rural sempre manteve um papel fundamental na economia brasileira, o poder e influência dos grandes proprietários, expressou-se e continua expressando-se não apenas economicamente, mas social e politicamente. E nisso, o modelo brasileiro não difere muito daquilo que foi observado por Arno J. Meyer, em provocativa e radical revisão da História europeia do século 19 e início do século 20²², apontando para a persistência do poder e influência das “forças da tradição”, ou seja, das antigas nobrezas fundiárias nas sociedades europeias, à época em que o capitalismo industrial, aparentemente rompia avassaladoramente com todas as barreiras que lhe impediriam o avanço. Ele aponta para a enorme capacidade desses setores tradicionais em “assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista”, moldando-a e adequando-a a seus próprios interesses. As velhas nobrezas teriam sabido ocupar e preservar um espaço importante nas sociedades europeias, em pleno avanço do capitalismo industrial, e isso “não só em termos econômicos, sociais e culturais, mas também políticos”, realçando “sua posição privilegiada entre as classes dirigentes e governamentais” europeias. Assimilando e utilizando métodos capitalistas de exploração da terra e de produção agrícola, mesmo ao preço de perderem

¹⁹. Em 1950 menos de um terço da população brasileira vivia nas cidades, passando a mais de dois terços em 1980, calculando-se que cerca de 73% da população total passaria a urbana na década de 90. JAGUARIBE, H. E. (org.). **Sociedade, Estado e Partidos na Atualidade Brasileira**. Rio: Paz e Terra, 1992, p.36.

²⁰. Entre os anos 50 aos anos 70, a população economicamente ativa na zona rural reduziu-se de 60,9% para 30,9%. JAGUARIBE, *op. cit.*, p. 36.

²¹. CALCAGNOTO E. Agrarpolitik und Internationalisierung Des Brasilianischen Agrarsektors, in **Lateinamerika. Anacysen - Datem - Dokumentation**, Hamburg: Institut für Iberoamerika Kunde, 1985, p. 9.

²². MAYER, A. J. **A Força da Tradição, a Persistência do Antigo Regime**, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

prerrogativas jurídicas e sociais, os nobres “não foram privados de sua posição quanto à propriedade da terra, à agricultura e a elaboração de produtos primários que dominavam a vida econômica até 1914”, mantendo assim “sua riqueza e status”, ficando “em posição de estabelecer os termos para a implantação do capitalismo manufatureiro e industrial, fazendo com isso, que ele servisse aos seus próprios fins, forçando a indústria a se ajustar dentro de estruturas sociais classistas e ideológicas”²³.

Citamos Arno J. Mayer extensamente para realçar a importância do papel desempenhado pelas “forças da tradição”, justamente no contexto europeu, a partir de onde o capitalismo industrial iria florescer e se expandir mundo afora. Se lá, o peso dos setores tradicionais foi tão grande, o que dizer então de sua importância no Brasil, onde economia e sociedade iriam se constituir em torno da produção para a exportação efetuada nas grandes propriedades fundiárias. De certo modo, as observações de Arno Mayer parecem decalcadas da realidade histórica brasileira, onde o processo de industrialização só seria desencadeado tardiamente, após a revolução de 30, adequado às necessidades e interesses das classes dominantes, sobretudo o das oligarquias agro-exportadoras. De mais a mais, o processo de industrialização brasileiro transcorreria apoiado e subsidiado pelo setor agro-exportador. E isso porque a produção para a exportação continuou sendo a base econômica do país. Mesmo após a eliminação do monopólio político da oligarquia agro-exportadora, com a Revolução de 30, isso não resultou na sua total e imediata substituição por outra classe ou facção de classe. Pois, apesar do poder econômico e político da oligarquia agro-exportadora encontrar-se enfraquecido e haver sido restringido com a crise do mercado internacional, a economia cafeeira continuou sendo o fundamento sobre o qual a economia brasileira se assentava. Por isso, as ultrapassadas estruturas de produção na zona rural não foram tocadas, mantendo-se inalteradas as bases sobre as quais se assentava o poder local dos senhores de terras.

O avanço do processo de industrialização não iria provocar uma desestruturação do sistema fundiário ou do poder das oligarquias rurais. O modelo de desenvolvimento industrial brasileiro, caracterizou-se justamente pela preservação de relações de produção e de dominação tradicionais no campo. Alguns fatores essenciais contribuíram para isso:

²³. MAYER, *op. cit.*, pp. 14 – 24.

1. As indústrias que começaram a ser implantadas, foram decorrentes do “processo de substituição de importações”, com a finalidade de atender à demanda reprimida das classes dominantes, impedidas de adquirirem bens e produtos, anteriormente importados, em função da crise do mercado capitalista internacional; 2. A instalação das estruturas fabris dependia da importação de bens de capital e matérias primas industriais que seriam adquiridas através de divisas oriundas do setor de exportações; 3. Uma grande parte dos investimentos de capital necessário para a implantação das indústrias, procederiam do setor agro-exportador, ou através de investimentos diretos, ou indiretamente, via bancos²⁴.

Para a efetivação do processo de industrialização brasileiro, foi, portanto, necessário um sistema de compromissos e alianças entre oligarquias rurais e a incipiente burguesia industrial, intermediado e incentivado pelo Estado²⁵. Para subsistir, esse sistema de alianças e compromissos seria edificado às custas da manutenção de baixos salários das classes trabalhadoras urbanas e sobretudo rurais, mantendo-se intocados os privilégios dos grandes proprietários fundiários e enviando-se para as calendas gregas, qualquer hipótese de reforma agrária. Apesar do deslocamento do eixo da acumulação, do setor agro-exportador para o industrial, a partir dos anos 50, a preservação desse setor continuou sendo uma necessidade, sobretudo para o financiamento das crescentes importações de bens de capital imprescindíveis para a continuidade do processo de industrialização. A consequência desse processo foi a restrita expansão do mercado interno, não absorvendo as populações rurais, mantendo intacto o predomínio das oligarquias rurais, possibilitando assim que as atividades agrícolas conservassem suas formas “atrasadas” e “primitivas”, fundamentadas em elevadas taxas de exploração da força de trabalho. A conservação de custos de reprodução extremamente baixos, mantendo a maioria da população rural em níveis de vida extremamente precários, era parte da lógica de um sistema embasado em relações de produção arcaicas, privilegiando os grandes proprietários²⁶, em detrimento da maioria da população. No Brasil, aliás, não ocorreu uma divisão antagônica de interesses entre burguesia industrial e oligarquia rural. Além de unirem-se, mesclaram-se, prescindindo-se de uma

²⁴. Ver FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. p. 93.

²⁵. Cf. WEFORT, F. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, cap. 11.

²⁶. Ver OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 15 – 20.

reestruturação fundiária, preservando-se, desse modo, relações de produção e de dominação no campo que tem sua origem na época colonial.

2. A herança colonial

2.1. Características da sociedade colonial

Um melhor discernimento das origens da questão agrária brasileira, implica em se buscar uma compreensão mais adequada dos componentes histórico-econômicos e sócio-culturais que lhe deram origem. Daí a necessidade de rever-se como se constituiu a estrutura agrária brasileira, consolidando-se o predomínio da grande propriedade fundiária, favorecendo a materialização de relações de produção e de dominação, que em sua essência, foram preservadas no decorrer dos séculos. Ao mesmo tempo, procurar-se-á discernir os condicionantes que contribuiriam mais fortemente para bloquear as reações de protesto dos “deserdados da terra”. Sobre o atual poder e influência dos grandes proprietários rurais, impedindo um cerceamento de suas prerrogativas, como no exemplo da Reforma Agrária, já tratamos acima. Cabe-nos agora, tentar localizar as raízes da grande propriedade fundiária e do sistema de poder prevalecente no campo, que forjaram relações de produção e formas comportamentais que condicionariam as relações sociais entre as diferentes classes sociais, facilitando a aceitação por parte dos explorados e oprimidos do seu “destino”.

As instituições econômicas, sociais e políticas que moldariam a questão agrária brasileira, cujos efeitos ainda perduram, foram forjadas no período da dependência colonial, iniciada com a Descoberta e estendendo-se até a Independência em 1822. No Brasil Colônia, as estruturas internas de produção então introduzidas, caracterizavam-se por uma rígida especialização e monocultura voltada para o mercado externo, concentrando-se inicialmente na região costeira nordestina, cujas terras eram propícias para a produção do açúcar, produto de alto valor no mercado europeu. Às margens, subsidiárias e dependentes da economia de exportação, surgiriam outras atividades econômicas, como a pecuária e a economia de subsistência, em função das necessidades do abastecimento com animais de carga e alimentos.

De acordo com as condições encontradas no novo território e os interesses dos detentores da colonização, o solo, desde o início, foi

monopolizado e controlado por súditos portugueses previamente escolhidos, através de um sistema específico de doações. Mantido incólume até a Independência, esse sistema constituiria o fundamento sobre o qual a economia e sociedade rural brasileira seria erigida, embasada na grande propriedade monocultura, voltada para o mercado externo.

Apesar da motivação e direcionamento mercantil-capitalista do empreendimento colonial, a abundância de terras e precária disponibilidade de mão-de-obra, condicionaria o não surgimento de um mercado de trabalho livre. Coação e violência na imposição da escravidão aos indígenas e negros africanos importados, constituiu a saída encontrada para garantir o empreendimento colonial²⁷.

A classe dominante colonial que começa a se constituir, além de impregnada pelo ideário senhorial da decadente aristocracia lusa, que via na expansão ultramarina, uma bem vinda oportunidade de recompor seu antigo e perdido status, através da aquisição de imensas possessões e rendas²⁸, permanece inicialmente, política e economicamente, dependente da metrópole portuguesa. É na metrópole onde encontrava-se não apenas o centro administrativo colonial, mas também os centros comerciais e financeiros que dominavam, além do comércio colonial, o mercado de escravos, imprescindível para o empreendimento colonial.

A estrutura de classes da sociedade colonial em formação, caracterizar-se-ia pela antinomia dos senhores de terras brancos e os escravos negros ou pardos. Isto é, os antagonismos de classe seriam simultaneamente demarcados etnicamente, pela sobreposição de etnias dominantes e subalternas. Pertencer, ao mesmo tempo, à uma determinada etnia e religião, plasmava, além do mais, a justificativa ideológica da discriminação econômica, social e cultural dos escravos de cor pelos senhores brancos.

2.2. *As origens da grande propriedade fundiária*

O desenvolvimento da sociedade colonial brasileira baseou-se numa instituição, que emergindo nos primórdios da colonização, marcaria

²⁷. PRADO JR., C., *op. cit.*, pp. 34 – 37.

²⁸. GODINHO V. M. *A Exportação Quinhentista Portuguesa*, Lisboa, 1945. pp. 94 – 97.

decisivamente as estruturas sócio-econômicas e culturais do país. Ou seja: a organização da produção agrícola para o mercado externo, assentada na grande propriedade fundiária, utilizando-se dos indígenas nativos e dos negros africanos importados como força de trabalho, inicialmente como escravos ou trabalhadores semi-livres, para após 1888 serem empregados como assalariados formalmente livres. No “Novo Mundo” português instituiu-se uma estrutura sócio-econômica, voltada para o mercado externo e só possível de ser estabelecida, através da utilização sistemática da coação e da violência contra os povos nativos e africanos, pois só assim se poderia força-los ao processo produtivo, viabilizando o “negócio colonial”²⁹.

No entanto, o empreendimento colonial português, foi inicialmente de difícil viabilização. A política colonial da Coroa portuguesa não se baseou, como a espanhola, na exploração de metais preciosos, que só seriam descobertos 200 anos mais tarde. Tampouco deparou-se com territórios densamente povoados e com estruturas sócio-econômicas mais desenvolvidas, como na América espanhola (sobretudo nos centros coloniais do México e Peru) que teriam permitido aos conquistadores forçarem os nativos ao pagamento de tributos (como a *mita* no México), ou a extração de recursos para o mercado externo ou produção de alimentos para a manutenção do aparelho administrativo e da mão de obra. Deparou-se inicialmente, apenas com a possibilidade de comercialização do pau brasil, que em função da exploração predatória, logo seria esgotada. As regiões coloniais no Novo Mundo permaneceriam, desse modo, por várias décadas às margens dos interesses mercantilistas lusos, dedicando-se os portugueses com primazia ao altamente lucrativo comércio de especiarias, à época no seu auge³⁰.

Somente o crescente interesse demonstrado pelas potências emergentes dos franceses, holandeses e ingleses, enviando expedições e edificando bases militares no novo território e ameaçando dele se apossarem, chamaria novamente a atenção da Coroa lusa para a região. Face ao perigo de terem sua Conquista usurpada, uma vez que apenas uma efetiva ocupação territorial, os poderia fazer respeitar o predomínio português, a Coroa lusitana viu-se obrigada a iniciar uma determinada forma de utilização econômica da Colônia, que ao mesmo tempo produzisse lucros e cobrisse os custos de defesa contra incursões de

²⁹. PRADO JR., *op. cit.*, p. 31.

³⁰. FURTADO, *op. cit.*, p. 30 nota 3. PRADO JR., *op. cit.*, p. 15.

outros europeus³¹. Passou a incentivar o povoamento através da concessão e instituição de domínios plenos aos nobres empobrecidos na Metrópole, com a finalidade de erigir uma economia agrária especializada, para a produção de bens de alto valor no mercado europeu. Além da importação de escravos africanos, necessários para viabilizar a produção, pressupunha a vinda de grandes levas de colonizadores portugueses para comandar e organizar a produção.

A participação direta dos portugueses no âmbito da produção colonial, cresceria paralelamente à crescente ruína da economia e sociedade portuguesa, após a União dinástica entre Espanha e Portugal (1580 -1640). A participação de Portugal na política de guerra dos Habsburgers teria efeitos catastróficos: ao final do predomínio espanhol, a marinha portuguesa fora destruída, seu império colonial estava em dissolução. Uma grande parte dos domínios portugueses haviam sido ocupados por ingleses e holandeses. Restou o Brasil e umas poucas possessões na Ásia e na África, de onde viriam os escravos para a colônia sul americana. Após a perda do império de especiarias, no início do século 17, os interesses portugueses voltaram-se crescentemente para a economia açucareira nordestina³². A perda do comércio de especiarias, provocando a decadência econômica da metrópole, contribuiria para as enormes levas migratórias de Portugal para a colônia brasileira, aumentando rapidamente sua população e expandindo a área colonial.

Após 25 anos da fracassada tentativa das “capitanias hereditárias”, a Coroa portuguesa ao instituir a Governadoria Geral, introduziu o sistema de doações de terras das “sesmarias”, que teria importância decisiva na conformação da estrutura agrária brasileira. Vigorando até a Independência a “Lei das Sesmarias” viabilizaria a criação das grandes propriedades fundiárias. Criada originalmente em Portugal de 1375, a Coroa portuguesa procurou com ela contrapor-se à decadência da agricultura, que com o crescente êxodo rural, enfrentava uma considerável diminuição da produção agrícola, causando considerável crise de abastecimento no Reino³³. Pela lei, tornava-se obrigatório o cultivo do solo para todos os proprietários. Terras não cultivadas dos senhores feudais, seriam desapropriadas e redistribuídas

³¹. NOVAIS, F. A. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial, in **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1971, p. 54.

³². ANDERSON, P. Portugal and the End of Ultracolonialism, in **New Left Review** n°15, Londres, 1962, p. 94.

³³. TREND, J. B. **Portugal**. Londres, 1957, pp. 114 – 115.

como sesmarias entre a população rural. Conforme as determinações da lei, as parcelas seria entregues a todo e qualquer português, independentemente de sua posição social, desde que fosse cristão. Pretendia-se a criação de pequenos e médios estabelecimentos, como forma de alcançar um melhor abastecimento da população³⁴.

No Novo Mundo, os pressupostos para a aplicação da lei seriam completamente diferentes das premissas originais. Aqui buscou-se uma ocupação permanente do território colonial, através de pródigas concessões de terras aos nobres empobrecidos e a outros “homens de qualidade”, os quais, com a tomada de posse de grandes parcelas na colônia, aspiravam reconquistarem suas perdas magnificências e alcançarem novas riquezas. Enquanto Portugal do século 14 debatia-se com falta de mão de obra para a produção de alimentos e dispondo de área territorial exígua, a colônia brasileira caracterizava-se por áreas infundáveis e praticamente despovoadas, a serem ainda ocupadas e aproveitadas economicamente³⁵.

Uma vez que os preceitos relativos à dimensão e divisas das parcelas não eram precisos, essas imprecisões contribuiriam para a gênese legal dos latifúndios. A despeito de todos os dispositivos existentes na lei, foi possível na Colônia uma única pessoa pleitear e receber várias sesmarias, requerendo glebas para si, para membros de sua família e parentes distantes e mesmo para filhos ainda não nascidos. Essa prática favoreceu o surgimento das enormes sesmarias, sobretudo no Norte e Nordeste³⁶.

No Nordeste, onde a colonização foi iniciada, o solo fértil da zona da Mata, mostrou-se extremamente propício para o cultivo da cana de açúcar. Como o açúcar constituía um produto de alto valor comercial no mercado europeu, a economia colonial iria se concentrar na sua produção. Para ser efetivamente lucrativa, a produção de açúcar exigia, no entanto, a disponibilidade de grandes áreas. Nas palavras de Caio Prado Jr., “plantação, colheita e transporte do produto até os engenhos (...) só se tornava rentável quando realizado em grande volume”³⁷. A produção de açúcar nordestina, não era e nunca foi um empreendimento

³⁴. COSTA PORTO. **Estudo Sobre o Sistema Sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965, pp. 32 – 35, 38, 58, 96.

³⁵. PRADO JR., *op. cit.*, p. 29.

³⁶. KONETZEKE, R. Süd - und Mittel Amerika I, in **Fischer Weltgeschichte**. Frankfurt: 1965, p. 38.

³⁷. PRADO JR., *op. cit.* p. 33.

para pequenos produtores camponeses, uma vez que não teriam condições de sobrevivência. De acordo com os interesses mercantilistas dos portugueses, que haviam direcionado suas expectativas para os resultados da produção agrícola colonial, eles assumiam as sesmarias, com a esperança de auferirem grandes lucros comerciais. As ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, como nos lembra Prado Jr. não seriam contentadas com pequenas parcelas, pois “não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários”³⁸.

Desde o início, a propriedade da terra permaneceu privilégio de poucos. As sesmarias seriam doadas pela Coroa sobretudo à pessoas “com posses”, privilegiando-se aqueles que dispunham de “escravos e gado”, sendo, portanto, “home de posses e famílias”³⁹, e assim, mais habilitados a de fato, ocuparem e povoarem o território, produzindo de acordo com as necessidades do mercado europeu. Considerados seriam também aqueles que haviam prestado serviços para a Coroa, distinguindo-se por seus feitos militares, sobretudo como caçadores de escravos, ou invocando a destruição de redutos indígenas e de quilombos⁴⁰. Aos eleitos, a Coroa concedia o domínio alodial pleno e absoluto sobre as terras, exigindo como contrapartida a defesa do território e o pagamento do “dízimo”.

A colonização, orientada desde seus primórdios pelos interesses mercantilistas da grande produção para o mercado externo, não permitiu no país a formação de uma sociedade com economia agrária fechada e autárquica, constituída de pequenos produtores camponeses, no sentido europeu do termo. Pequenos e médios produtores, proprietários de seus próprios meios de produção, dispendo de parcelas de terras cedidas pelos senhores feudais e nas quais produziam de forma auto-suficiente, mas permanecendo na sua dependência e a eles subordinados, e aos quais tinham por obrigação de repassar uma renda produto e renda trabalho, jamais existiram no país. O Brasil nunca desenvolveu um modo de produção feudal. A população livre, constituída de trabalhadores brancos e mestiços, foi integrada ao sistema econômico e social, como agregados, na forma de trabalhadores sem terra, geralmente comandando o eito e administrando as propriedades, ou como mera mão de obra suplementar.

³⁸. PRADO JR., *op. cit.* p. 33.

³⁹. COSTA PORTO, *op. cit.* p. 57.

⁴⁰. COSTA PORTO, *op. cit.* p. 144 – 149.

Com o intuito de erigir-se um empreendimento mercantil lucrativo, as relações de produção foram devidamente adequadas a esse objetivo. Em razão da abundante disponibilidade de terras e falta de mão de obra, impôs-se a introdução dos trabalhos forçados, ou seja do modo de produção escravista, que nada tem a ver com uma agricultura medieval européia.

Os indígenas, os negros africanos importados e os mestiços que efetivamente possibilitaram o êxito do “negócio colonial”, permaneceram excluídos dos frutos da colonização. Sua função não foi outra, senão a de servirem como mão de obra submissa, barata e disponível.

2.3. As relações de dominação coloniais

O sistema de produção agrícola introduzido com a colonização, tendo como viga mestra a grande propriedade produzindo para o mercado externo e assentada no trabalho escravo, foi decisiva para a conformação da sociedade brasileira. De simples unidade de produção econômica, desenvolver-se-ia como a célula básica da sociedade colonial.

O isolamento e dispersão das grandes propriedades, o poder praticamente absoluto dos senhores de terras, favorecido e incentivado pelo sistema sesmarial, aliada à ampla ausência local da administração e de controles públicos⁴¹, contribuiriam para a formação de relações de dominação específicas, cuja base material era o controle sobre a terra.

A característica típica da sociedade que começou a formar-se em torno do sistema de produção colonial, separando a classe dos grandes proprietários da massa dos escravos e dependentes semi-livres, foi o seu rígido caracter hierárquico. O enorme vácuo na escala social, dividindo a multidão dos escravos e agregados, da pequena minoria dos senhores de terras, situaria nitidamente seus respectivos posicionamentos na hierarquia e estrutura social da colônia. Enquanto os primeiros constituíam a massa trabalhadora, submetida aos ditames da ordem senhorial e escravista, os outros seriam os dirigentes e beneficiários diretos do empreendimento colonial. Em cada grande propriedade, o senhor de terras figuraria no ápice da pirâmide social, em torno de quem gravitaria toda a vida do domínio. Ao seu redor concentrava-se sua

⁴¹. PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 194.

família, com o conjunto de escravos e agregados que trabalhavam na sesmaria, constituindo a clientela do seu clã⁴².

O “clã patriarcal”, que tanta influência teria no desenvolvimento social e político brasileiro, tem sua origem nos primórdios da colonização. Caracteriza-se como uma instituição, que assentada no grande domínio rural, congrega todos os indivíduos que nele vivem e trabalham ou a ele se juntam, sob o domínio e comando soberano do proprietário das terras. A raiz do clã patriarcal que se desenvolveu no Brasil, encontra-se na metrópole portuguesa, onde todavia, entrara em decadência desde o final do século 15. Em razão da forma assumida pela produção colonial, ele ira ser preservado e consolidado no novo mundo⁴³.

Uma vez que a administração pública colonial, ao menos na primeira fase da época colonial, permaneceu distante do *hinterland*, limitando-se praticamente ao recolhimento do “dizimo”, não representando um fator político de peso, cada grande propriedade constituiu-se no único centro efetivo de poder social e político. Sob o domínio praticamente absoluto dos senhores de terras, não apenas foram sendo moldadas as relações de produção, mas mesmo os contatos sociais, as vivências culturais e políticas da população que vivia nos domínios, transcorreriam sob a sua égide. Em função do carácter monopolista da propriedade do solo, mesmo a população livre não podia subtrair-se do alcance da esfera de poder dos grandes proprietários, uma vez que apenas à sombra de seus domínios dispunham dos meios de subsistência e proteção para garantir sua sobrevivência num meio hostil. O clã patriarcal não se restringia, contudo, à família nuclear, com seus escravos e agregados, mas abrangia ainda parentes de segundo e terceiro grau, com suas terras e homens, bem como as populações vizinhas que começavam a aglomerar-se ao lado ou dentro do território das fazendas e que aos poucos iam se constituindo à sua sombra, girando em torno da sua órbita de influência. Através dos matrimônios arranjados entre as famílias, decorrentes de interesses sociais, econômicos e de poder, os clãs patriarcais, com suas amplas estruturas clientelísticas, sobretudo no Nordeste, iriam desenvolver-se como a organização social predominante⁴⁴.

⁴². Ver RIBEIRO, D. Configuraciones Histórico - Culturales de los Pueblos Americanos. **Pensamento crítico** n°51. Havana, 1971, p. 45. PRADO JR., *op. cit.*, p. 284.

⁴³. Cf. PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, (USP), 1969, p. 17.

⁴⁴. Cf. PEREIRA DE QUEIROZ, *op. cit.* pg. 17.

As relações de dominação, assentadas no patriarcalismo, iriam permitir que a brutal exploração escravocrata pudesse ser disfarçada e aparentemente amenizada. O papel do senhor de terras não restringia-se ao domínio sobre terras e homens, por ele explorados. No decorrer do longo processo de união forçada entre grande proprietário e população dependente, o estreito contato existente nos domínios e seu relativo isolamento, possibilitaria a criação de vínculos, que ultrapassariam a mera esfera econômica de produção. Os escravos e outros dependentes, não permaneceram reduzidos exclusivamente à sua condição de força de trabalho barata e espoliada. A estreita ligação dos escravos e trabalhadores livres ou semi-livres com o senhor de terras, ia além do processo de produção, abrangendo a própria vivência social no âmbito da família patriarcal, criando laços, muitas vezes quase familiares entre explorados e exploradores⁴⁵. A impossibilidade objetiva de uma existência independente, fora dos domínios senhoriais, propiciava a formação de uma consciência subjetiva por parte dos dependentes, de encontrarem nos senhores de terras, benfeitores e defensores, o que, apesar da dependência objetiva, criaria profundos e específicos vínculos de fidelidade e submissão. O rito católico do compadrio, através de batizados e casamentos, tão disseminado no interior brasileiro, contribuiria para unir o senhor até mesmo com seus escravos, favorecendo a idéia que a exploração e opressão assumiam um aspecto mais suavizado e tolerável. A sobreposição de laços pessoais, permeada com a consciência subjetiva de sua legitimidade, faria com que a situação objetiva fosse mais facilmente aceita e suportada pelos atingidos. Na verdade, as relações de dominação, assim disfarçadas, apenas reforçavam o poder e autoridade dos senhores de terras. Pois efetivamente, a exploração e dominação, não atingia os oprimidos apenas no processo de produção, mas em todos os âmbitos de suas existências.

2.4. O componente ideológico da dominação patriarcal

⁴⁵. Ver FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1966, onde esse relacionamento é exaustivamente enfocado.

2.4.1. O papel do catolicismo

Os efeitos da ideologia e cultura católico- portuguesa na formação da sociedade colonial foram consideráveis. As tradições religiosas, instituições, costumes e modo de vida considerados cristãos, oriundos da metrópole portuguesa, foram transferidos ao novo mundo pelos colonizadores, contribuindo decisivamente para a conformação da superestrutura ideológica da sociedade colonial. Esses elementos iriam sobrepor-se, interpenetrarem e reprimirem amplamente a contribuição cultural dos escravos nativos e dos escravos negros importados⁴⁶.

A colonização brasileira significou também evangelização. A Igreja Católica constituiu-se em defensora e portadora fundamental da política expansionista da Coroa portuguesa. Era ela quem forneceria a justificação ideológico-religiosa da Conquista dos territórios ultramarinos e da sujeição do índios. Apoiada na ideologia de estarem efetuando uma Guerra Santa de conquista cristã e senhorial contra os pagãos, a tomada do novo território foi entendida como a continuidade do ideário da Reconquista ibérica contra os mouros, em suma, como a concretização de desígnios divinos⁴⁷.

Por sua vez, a Igreja detinha o respaldo do Estado português para o livre desempenho de suas atividades religiosas nos territórios “pagãos”. A coincidência de interesses entre Coroa e Igreja, aliada à religiosidade dos colonos portugueses, resultaria na enorme influência do Catolicismo na vida colonial⁴⁸.

De um modo geral, as atividades missionárias desenvolvidas pela Igreja, constituiriam importante instrumento da política de colonização. A conversão dos indígenas e posteriormente dos africanos escravos, significou, mesmo mantendo um carácter mais simbólico, sua incorporação ao universo espiritual e cultural europeu. Levado adiante o processo de acomodação pacífica e disciplinada dos escravos às normas culturais decretadas pelos portugueses, não por último, isso implicava na sua bem sucedida integração ao processo de produção colonial. A “domesticação” dos nativos e africanos, através do cristianismo, constituiu desse modo, importante instrumento de aculturação, de enxerto do ideário europeu, de introdução de normas e costumes da cultura européia em suas vivências cotidianas. Sua finalidade não foi outra senão

⁴⁶. Ver PRADO JR., *op. cit.*, p. 79 – 100.

⁴⁷. KONETZKE, *op. cit.*, p. 27 e 33.

⁴⁸. Ver PRADO JR., *op. cit.*, p. 326 – 331.

a sujeição das populações oprimidas, buscando suprimir-lhes quaisquer tentativas de rebelião, que poderia colocar em risco o sistema colonial e a segurança dos colonizadores.

Foi um longo processo de acomodação, interrompido por breves e intermitentes tentativas de fuga e resistência por parte dos oprimidos. Aos poucos o catolicismo iria transformar-se, de religião das classes dominantes, em religião dos dominados, mesmo mesclando-a com elementos de suas próprias crenças originais. O sistema de valores do cristianismo contribuiria inclusive para justificar e manter a ordem social oligarca e o sistema de escravidão. Apoiados em Aristóteles, os missionários e teólogos, justificavam a escravidão com o preceito que seria mais vantajoso aos mais fracos, serem conduzidos pelos mais fortes⁴⁹. Escrúpulos morais face à escravidão, sobretudo dos negros, permaneceriam desse modo, sem maior eco.

2.4.2. A dominação patriarcal como instrumento ideológico

O predomínio dos grandes proprietários sobre a sociedade interiorana, não é apenas de natureza econômica e social, mas expressa-se também na superestrutura ideológica. Desde a época colonial, o modo de pensar e a cultura interiorana, foi sempre expressão da ideologia das classes dominantes⁵⁰. Esse predomínio expressou-se sobretudo, pelo fato das classes dominadas assumirem e passarem a utilizar valores, normas, comportamentos e tradições que, na verdade, constituíam parte integrante da ordem patriarcal. Isso ocorria, não de forma consciente ou explícita, mas iria influenciar decisivamente o homem do campo, em seu modo de agir e em suas concepções sobre a realidade social.

Pode-se reconhecer essa influência pelo fato que a orientação ideológica, o sistema de valores e o mundo cultural das populações interioranas, assentou-se em grande parte em tradições oriundas do

⁴⁹. MERCADANTE, P. A **Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965, p. 33.

⁵⁰. Sobre a concepção da ideologia dominante como ideologia da classe dominante, ver MARX, K. e ENGELS, F. *Die Deutshe Ideologie*, in **Die Frühschriften von 1837 bis zum Manifest Der Kommunistischen Partei 1848**. Stuttgart: Landshuts (ed): 1964. Há tradução do texto em português: **Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965; São Paulo: Grijalbo, 1977; São Paulo: Hucitec, 1987.

passado colonial ibérico-católico, mesmo preservando elementos da cultura indígena e africana⁵¹.

Uma boa parte do mundo cultural do hinterland, sobretudo o nordestino, caracterizou-se pela preservação de mitos, lendas e tradições que tinham sua origem no mundo cultural ibérico. “Dom Sebastião”, “Carlos Magno”, as “cavalgadas”, entre tantas outras expressões culturais que subsistem na zona rural, constituem figuras e expressões do imaginário popular medieval europeu, que foram transplantadas e preservadas no mundo cultural interiorano brasileiro. Em parte, esses elementos sócio-culturais foram transmitidos oralmente através das gerações e adequados e amoldados ao meio brasileiro⁵². Para Pereira de Queiroz, a preservação desses elementos sócio-culturais através dos tempos, deve-se em grande parte ao “isolamento do interior”, ao seu “distanciamento dos centros urbanos”. Claro que o isolamento e as distâncias existem, mas não explicam como e porque isso ocorreu. Para responder mais satisfatoriamente é necessário procurar levar em consideração as condições de vida das pessoas na ordem social concreta.

Índios, negros e mestiços foram brutalmente inseridos no processo produtivo colonial como meros instrumentos de trabalho, desrespeitando e desconsiderando-se seus modos de vida, usos e costumes. Seus sistemas anteriores de organização social e relações de produção, foram sobrepostos, quando não destroçados através das formas de exploração e de dominação impostas pelo sistema de produção colonial. A presença paramilitar e ideológica do poder colonial no novo mundo, inserindo-se e fazendo-se sentir em todos os poros da sociedade que se estava formando, levaria não apenas à progressiva eliminação da maior parte das noções de ordem econômica, social, religiosa e cultural dos indígenas e negros, obstruindo-lhes a possibilidade de um processo de desenvolvimento próprio e autônomo de seus modos originais de vida e de cultura, mas também ao sucessivo acomodamento das etnias oprimidas no sistema de exploração colonial.

Esse processo, levado à frente pelos colonizadores e pela Igreja, caracterizou-se pela tentativa constante de enxertar-se valores e normas da sociedade ibérica no mundo colonial. Tentativa que decorria não apenas do senso cultivado pelos portugueses de serem portadores de uma

⁵¹. RIBEIRO, *op. cit.*, pp. 37 – 46.

⁵². Ver PEREIRA DE QUEIROZ, M. I.. Três Sobrevivências Portuguesas na Civilização Rústica Brasileira, in **O Campesinato Brasileiro, ensaios sobre civilizações e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 186.

missão sagrada, de propagação dos valores cristãos e da palavra de Cristo aos “bárbaros pagãos”, mas correspondia também à necessidade concreta de adequar as forças produtivas às exigências do sistema colonial. Com a interrupção ou eliminação da maior parte das características sociais e culturais que caracterizavam as populações indígenas e africanas e com a crescente substituição de seus costumes, normas e relações sociais pelas leis da economia colonial, delineou-se um processo de imposição externa e de supressão dos próprios elementos culturais⁵³. A supremacia portuguesa levaria ao colapso do “mundo de valores tradicionais” (Mühlmann) das etnias oprimidas. Esse colapso contribuiria para um processo de alienação das etnias subalternas em relação às suas próprias culturas e modos de vida, obrigando-as a assimilarem normas e valores dos senhores coloniais, possibilitando-lhes integrarem-se mais facilmente no sistema predominante, fosse pela força ou pela atração⁵⁴. Essa disposição para integração se expressaria nitidamente pela mestiçagem, cristianização e a absorção de elementos culturais preponderantes, como a língua, tradições e valores, contribuindo decisivamente para a conformação histórico-cultural da sociedade brasileira. A religião católica, nesse contexto, serviria além de instrumento de legitimação da Conquista e da sujeição dos índios e negros, também como instrumento de disseminação da ideologia patriarcal, contribuindo para sua mais fácil assimilação pelos oprimidos.

Parte dos elementos constitutivos da superestrutura ideológica e cultural da sociedade portuguesa, mesmo após a Independência, seriam conservados nos domínios senhoriais. Dissolvidos os laços coloniais, pouco mudou no posicionamento econômico e social dos índios, negros e mestiços. A unidade produtiva fundamental continuou sendo a grande propriedade tradicional, preservando-se relações de produção pré-capitalistas. As fazendas tradicionais conservariam suas principais características. A própria Abolição, que ocorreria no final do século 19, não teria maiores efeitos na situação de dominação vigente na zona rural. Apesar da substituição do trabalho escravo pelo livre, isso pouco influiria nas relações de classe e dominação, pouco mudando na situação concreta dos ex-escravos. Formalmente livres, não tinham para onde ir e sem

⁵³. Um processo definido como “deculturação” por Darcy Ribeiro, *op. cit.*, pg. 20. Ver também MÜHLMANN, W. E. **Rassen Etnien Kulturen**. Neuwied e Berlin 1964, p. 66 – 72.

⁵⁴. Cf. RIBEIRO, D. **O Processo Civilizatório**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pg. 138.

recursos, não tinham como tornar-se independentes, nem como adquirir uma nesga de chão. As classes dominantes mantiveram seus privilégios, continuando a monopolizar o solo. Os trabalhadores ex-escravos continuariam sendo considerados e tratados como meros instrumentos de trabalho, sem direitos ou obrigações além daquelas impostas pela ordem patriarcal e sem disporem da possibilidade de desenvolverem uma identidade cultural própria. Uma vez que os oprimidos não podiam recorrer a sua própria cultura, acabariam assimilando e utilizando para a articulação de seus próprios interesses e para sua projeção de mundo, modelos da cultura e ideologia dominantes. Eles interpretariam a realidade social de um ponto de vista, que no fundo, não correspondia às suas reais necessidades, impedindo-os de adquirirem uma clara consciência de sua situação de fato, fazendo-os aceitá-la como inevitável.

Se partimos do pressuposto que “o horizonte cultural dos homens é determinado pelos limites do seu conhecimento e práxis, bem como das representações efetuadas a partir dessas limitações”⁵⁵, então essas representações deverão espelhar momentos concretos dessa práxis, mesmo que distorcidas em suas percepções. Em seus inter-relacionamentos os homens e grupo sociais produzem e projetam imagens de sua realidade social, que refletem o modo e a maneira como as atividades e relações sociais se lhes apresentam. A visão e interpretação de mundo efetuada pelos trabalhadores rurais, encontra-se intimamente relacionada com os processos objetivos que transcorrem no contexto em que eles vivem e atuam. Entretanto, o grau de reconhecimento e a consciência de sua condição social, expressa o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e uma maior ou menor transparência das relações de produção e dominação.

As sociedades que foram se constituindo no interior brasileiro, caracterizavam-se, até recentemente, pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Há séculos que a população rural vinha sendo mantida no contexto das mesmas relações de produção, sujeitando a maioria dos trabalhadores, às mesmas condições e relações impostas pelos donos das terras. Por gerações, o processo de produção conservava e reproduzia o mesmo nível tecnológico rudimentar. A existência de uma oferta relativamente abundante de mão de obra, prescindiu da necessidade de uma racionalização e modernização tecnológica do processo produtivo. Além do mais, o contato com o

⁵⁵. LEFEBVRE, H. *Soziologie der Errenntnis und Ideologie*, in **Soziologie Nach Marx**, Frankfurt, 1972, pg. 63 – 64.

mundo externo e com o mercado, constituía privilégio quase exclusivo do senhor das terras; a massa dos trabalhadores raramente ultrapassava o horizonte local de seus relacionamentos. Em razão das coações e obrigаторiedades impostas aos trabalhadores no desempenho de suas tarefas, inseridos no sistema hierárquico predominante na sociedade rural, eles permaneceriam cerceados em suas possibilidades de romperem os limites dos seus conhecimentos e experiências. No transcorrer do tempo, havia se formado uma sociedade, na qual o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, espelhava-se nas noções e aspirações das pessoas. O horizonte das aspirações e ações das pessoas permaneceria restringido, tanto pela impossibilidade de romper as barreiras ideológico-culturais de um passado, que havia produzido a estagnação relativa da sociedade, quanto pelo sistema repressivo e pela influência do patriarcalismo.

Conclusão

O sistema de dominação acima delineado, seria preservado em sua essência, com poucas alterações, praticamente até os anos 50/60, quando transformações econômicas, sociais e políticas, decorrentes do processo de industrialização, provocariam um amplo e abrangente desenvolvimento das forças produtivas, criando condições para mudanças estruturais profundas, afetando diretamente as relações de produção e de dominação vigentes na zona rural, agravando simultaneamente as condições materiais e de vida das suas populações.

Desde o final dos anos 50, em função de dificuldades internas e externas, o modelo de desenvolvimento baseado no processo de industrialização por substituição de importações, enfrentava uma crescente crise de estagnação, resultando num crescente depauperamento das massas populacionais. Paralelamente à crise econômica, acentuou-se a crise política. Face ao agravamento dos antagonismos de classe, os conflitos sociais que espalhavam-se pelo país, seriam aguçados e radicalizados, aumentando em sua esteira os movimentos e organizações de massa. Nesse quadro de acirramento dos conflitos, que abalavam todo o país, emergiram as Ligas Camponesas, seguidas dos sindicatos rurais no Nordeste, logo disseminando-se para outros estados. Embora as Ligas e os sindicatos representassem uma resposta das populações rurais oprimidas à deterioração real de suas condições de vida e ao aguçamento dos antagonismos de classe em nível local, eles ultrapassavam o mero

caracter de protesto, constituindo um produto do processo global de transformações e crises que sacudiam o país, minando o sistema de dominação oriundo da época colonial.

Pela primeira vez na história brasileira, esses movimentos colocariam em questão o monopólio da terra, e portanto a base do poder dos grandes proprietários rurais. O golpe militar de 64 iria, no entanto, colocar um rápido fim a essa mobilização. Mais de 10 anos depois é que iriam começar a surgir novas formas de mobilização e protesto em torno da questão agrária.

O processo de modernização capitalista no campo, induzido pelos militares, traria novas e profundas transformações que iriam propiciar, não apenas a emergência de um novo tipo de movimento social, que eclodiria de forma virulenta pelo país afora, sobretudo a partir da década de 90, mas provocaria uma reformulação nas relações de classe e de dominação. Não é mais o antigo e tradicional senhor de terras que tem o predomínio, mas o empresário rural, comandando, através de prepostos, produção e assalariados. Permanece contudo, acentuando-se ainda mais, a concentração e o monopólio da terra nas mãos de poucos. Cresceu a insegurança e a dependência dos trabalhadores rurais, transformados, em sua maioria, em bóias-frias, que sobrevivem às custas de trabalhos temporários, engrossando as periferias urbanas e aumentando a marginalidade social. Muitos dos componentes ideológico-culturais do patriarcalismo continuam sobrevivendo, influenciando o comportamento e o modo de vida das pessoas. Cultivados pelos tradicionais fazendeiros, em parte transformados em empresários rurais, ou incorporados pelos executivos do agrobusiness, expressam-se, por um lado, pelos vezos e ares que se quer aristocráticos, mas ostentações e prepotência arrogante, nos exclusivismos de seus inter-relacionamentos e encontros sociais pomposos nos leilões e feiras agro-pecuárias e nas atitudes mescladas de paternalismo e profundo desprezo pelas classes subalternas. Por outro lado, inculcados por gerações no mundo ideológico interiorano, constituem instrumento útil para continuar garantindo uma mão de obra barata e submissa, contribuindo para a aceitação subserviente e muitas vezes apática por parte do homem do campo de sua situação, cerceando-lhe uma tomada de consciência mais objetiva da realidade por parte da população mais pobre, que ainda lá vive, enfrentem, questionem e lutem para mudar seus modos de vida e possam assumir de fato, uma cidadania mais plena. Uma cidadania que só será alcançada, quando a cultura política excludente, de fato for rompida, possibilitando o exercício da

prática democrática, embasada no acatamento e reafirmação do Estado de Direito, pelo qual diferentes indivíduos, segmentos ou classes sociais, respeitam suas diferenças e igualdades, e buscam através da livre negociação, o reconhecimento e a efetivação de seus direitos.

ABSTRACT

The text points to the origins of the Brazilian agrarian subject, characterized by the social, economic and historical latifundium system prevalence, determining the subjection of most of the population, basically constituted of workers without earth and small rural producers, to the interest and needs of the great production, generally orientated to the external market.

The production and dominance relationship generated at the colonial time and largely preserved in the rural zone, are not only of economic, but social and ideological order, constituting obstacles for most of the rural population to get conscious of its possibilities of getting free from a situation of poverty and oppression.

Key words: agrarian question, latifundium system, minifundium and small property, social movement, production relationships and of dominance, ideology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Portugal and the End of Ultracolonialism. **New Left Review**, n. 15, Londres, 1962.

CALCAGNOTO, G. Agrarpolitik und Internationalisierung des brasilianischen Agrarsektors, *in* - **Lateinamerika: Analysen - Daten - Dokumentation**. Hamburg : Institut für Iberoamerika Kunde, 1985.

CIDA - Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola. **Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Setor Agrícola - Brasil**. Washington : 1966.

- COSTA PORTO. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial**, Recife : Imprensa Universitária, 1965.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**, 13 ed. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1966.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, 7 ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968. .
- GODINHO, V. M. **A Expansão Quinhentista Portuguesa**. Lisboa, 1945.
- GRAZIANO, F. **Qual Reforma Agrária? Terra, Pobreza e Cidadania**, São Paulo : Geração Editorial, 1996.
- HANISCH, R. e WACHENDORFER, U. Agrarfrage, in NOHLEN, D. (ed.). **Pipers Wörterbuch zur Politik - Dritte Welt**, vol. 6, Munique, 1987.
- HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1970.
- IBGE - **Anuário Estatístico do Brasil; 1983**. Rio de Janeiro : IBGE, 1984.
- JAGUARIBE, H. (org.). **Sociedade, Estado e Partidos na Atualidade Brasileira**, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- KAUTSKY, K. **Die Agrarfrage. Eine Übersicht über die Tendenzen der modernen Landwirtschaft und die Agrarpolitik der Sozialdemokratie**. Stuttgart, 1899.
- KONETZKE, R. Süd - und Mittelamerika I, in **Fischer Weltgeschichte**. Frankfurt am Main, 1965.
- LEFEBVRE, H. Soziologie der Erkenntnis und Ideologie, in **Soziologie nach Marx**. Frankfurt am Main, 1972.
- LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a grande Indústria**. São Paulo, 1982.
- MARX, K. e ENGELS, F. Die Deutsche Ideologie, in LANDSHUT, S. (ed.). **Die Frühschriften von 1837 bis zum Manifest der Kommunistischen Partei 1848**. Stuttgart, 1964.
- MAYER, A. J. **A Força da Tradição, a Persistência do Antigo Regime**, São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

- MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil**, Rio de Janeiro : Editora Saga, 1965.
- MÜHLMANN, W. E. **Rassen Etnien Kulturen**, Neuwied e Berlin, 1964.
- NOVAIS, F. A. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial, *in* MOTA, C. G. (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo : DIFEL, 1971.
- OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira, Crítica à Razão Dualista, *in* **Seleções CEBRAP** n° 1, São Paulo : Editora Brasiliense, 1975.
- PASCHOAL, A. D. Ökologische und Ökonomische Last der Industriell Betrieben Landwirtschaft in Brasilien, *in* - **Lateinamerika - Analysen - Daten - Dokumentation**. Hamburgo : Institut für Iberoamerika Kunde, 1885.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**, São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros (USP), 1969.
- _____. Três Sobrevivências Portuguesas na Civilização Rústica Brasileira, *in* **O Campesinato Brasileiro, Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil**. Petrópolis : Editora Vozes, 1973.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1957.
- _____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1970.
- _____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1967.
- RIBEIRO, D. Configuraciones Histórico - Culturales de los Pueblos Americanos, *in* **Pensamiento Crítico** n° 51. Havana, 1971.
- RIBEIRO, D. **O Processo Civilizatório**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.
- TÉLLES BAUER, G. **Entstehungsbedingungen vorpolitischer Bewegungen im Brasilianischen Nordosten**. Dissertação de Doutorado, Ruprecht - Karl Universität zu Heidelberg, 1989.
- TREND, J. B. **Portugal**. Londres, 1957.
- WEFFORT, F. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.